



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Direcção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção de Administração.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção dos Recursos Humanos.

Município do Porto Novo:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Grande de Santiago:

Comissão Instaladora.

Município de Santa Catarina do Fogo:

Comissão Instaladora.

Município de São Lourenço dos Órgãos:

Comissão Instaladora.

Município de São Vicente:

Câmara Municipal.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 2 de Outubro de 2007:

João da Cruz Lima Fortes, médico geral, escalão I, índice 120, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração - prorrogada a respectiva licença, pelo período de mais 1 (um) ano, nos termos do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 30 de Setembro de 2007.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 4 de Outubro de 2007. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 15 de Maio de 2007:

Manuel Joaquim Carvalho Tavares, licenciado em Engenharia Eléctrica - Ramo Electrotécnica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários, nomeado nos termos da alínea b) do nº 6 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 18/2006, de 27 de Fevereiro, conjugado com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 13/97, de 1 de Julho, e os artigos 14º e 51º do Decreto-Lei nº 39/2006, de 10 de Julho, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegado da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários na região norte de Santiago (Assomada).

Adriano Manuel Inocêncio, licenciado em Engenharia Mecânica, técnico superior, referência 14, escalão D, do quadro da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários, nomeado nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 18/2006, de 27 de Fevereiro, conjugado com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 13/97, de 1 de Julho, e os artigos 14º e 51º do Decreto-Lei nº 39/2006, de 10 de Julho, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegado da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários em São Vicente.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Cl. Ec. 03.01.02 do orçamento do Ministério da Administração Interna – Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 10 de Outubro de 2007).

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 11 de Outubro de 2007. – Pelo Director-Geral, *Alcides Canuto Júnior*.

Direcção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral

EDITAL Nº 07/DGAPE/2007

Arlinda Tavares Chantre faz público nos termos dos artigos 39º e 40º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 92/V/99, de 8 de Feve-

reiro, alterado pela Lei nº 118/V/2000, de 24 de Abril, e pela Lei nº 17/VII/2007, de 22 de Junho, que é a seguinte a composição da Comissão de Recenseamento Eleitoral de Santa Cruz:

Membros Efectivos:

- Agnelo José Ramos - Presidente;
- Maria Teresa Tavares;
- António Maria Lopes Borges;
- Domingos Rodrigues da Silva;
- Domingos Mendes Tavares;

Membros Suplentes:

- Adriano Mendes Borges;
- Ilídio Alves Gomes.

Direcção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral, na Praia, aos 8 de Outubro de 2007. – A Directora-Geral, *Arlinda Chantre*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 12 de Setembro de 2007:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de António Luís Semedo, no cargo de Director de Serviço de Tesouraria, na Direcção-Geral do Tesouro.

De 24:

Considerando a necessidade da nomeação do pessoal dirigente dos serviços que compõem a Direcção-Geral do Tesouro, de molde a que seja salvaguardando o seu normal funcionamento;

Ao abrigo do artigo 27º do Decreto-Lei nº 55/2004, de 27 de Dezembro, conjugado com os artigos 3º e 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho e com o disposto no artigo 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho;

É nomeada Kátia Cristina dos Santos Silva Sousa Rodrigues, para em comissão de serviço desempenhar as funções de Directora de Tesouraria na Direcção-Geral do Tesouro.

A despesa tem cabimento no código 3.01.01.02, do pessoal do quadro do Orçamento do Ministério das Finanças e Administração Pública.

Despacho de S. Ex^a a Secretária de Estado Adjunta da Ministra das Finanças e Administração pública:

De 26 de Julho de 2007:

Nilza Benilde Araújo, inspectora tributária, referência 14, escalão A, do quadro do pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças e Administração Pública, regressa da situação de licença sem vencimento de longa duração ao quadro de origem, ao abrigo do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

De 27:

Nos termos do estatuído no nº 5 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com as disposições estatuídas no artigo 9º e alínea e) do artigo 35º ambos do Decreto-Lei nº 73/95 de 21 de Novembro, é nomeada definitivamente no cargo de técnica tributária auxiliar de segunda, referência 6, escalão A, na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças e Administração Pública, Domingas Mendes Pereira.

As despesas têm cabimento na rubrica 3.01.01.02-pessoal do quadro do Ministério das Finanças e Administração Pública.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia aos 12 de Outubro de 2007. – A Directora, *Carla Soares de Sousa*.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 10 de Outubro de 2007:

Ao abrigo dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 25/2007, de 30 de Julho, o Secretário de Estado da Administração Pública designa o Júri relativo ao concurso sobre as boas práticas na Administração Pública Cabo-verdiana, para o ano de 2007, cuja composição é a que se segue:

- Dr.ª Carmelita Santos (Representante Administração Pública) – Presidente;
- Dr. José Soares (Representante BES, Sucursal Financeira de Cabo Verde) – Vogal;
- Dr. Angelo Barbosa (Representante da UNICV) – Vogal;
- Dr. Carlos Jorge dos Anjos (Representante da Câmara de Comércio) – Vogal;
- Dra. Elisabete Freitas Pinto Xavier (Representante da ADECO) – Vogal.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, na Praia, aos 10 de Outubro de 2007. – A Directora de Gabinete, *Lina Filipe de Sousa*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação de S. Exª o Ministro das Finanças e Administração Pública:

De 23 de Agosto de 2007:

Yolanda Alexandrina Delgado Monteiro, professora do ensino secundário, exercendo em comissão de serviço as funções de assessora da Ministra da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o nº 2 do artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 1.292.976\$00 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Outubro de 2007).

<http://kiosk.incv.cv>

De 12 de Setembro:

João Silva Reis, guarda florestal do Ministério do Ambiente e Agricultura - desligado de serviço para efeitos de aposentação nos termos do artigo 5º, nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 169.260\$00 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço, prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 1 de Junho de 2007, do Director-Geral da Contabilidade Pública foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 37 anos, 10 meses e 16 dias.

A dívida no montante de 475.442\$00 (quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e dois escudos) poderá ser amortizada em 400 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.031\$00 e as restantes no valor de 1.189\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Setembro de 2007).

Higino Varela Ribeiro, primeiro subchefe, referência 5, escalão B, da Polícia Nacional - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 73, alínea c), do Estatuto do Pessoal Policial aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/98, de 26 de Outubro, revisto pelo Decreto-Lei nº 12/2006, com direito a pensão anual de 936.996\$00 (novecentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e seis escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Outubro de 2007).

Maria Amélia Moreira Borges, enfermeira graduada escalão III, índice 135, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão provisória anual de 1.042.644\$00 (um milhão, quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Outubro de 2007).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capº 10.12, Div. 16, Cód. 35.03.01.01 do orçamento vigente.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 5 de Outubro de 2007. – A Directora, *Balbina Gonçalves*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Exª o Ministro da Justiça:

De 23 de Maio de 2007:

Vera Lúcia de Jesus Andrade Nogueira, escritã de direito, referência 3, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, ao abrigo do disposto dos artigos 50º nº 1 e 51º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, ficando colocada no Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca da Praia.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na rubrica 3.01.01.02 – Pessoal do quadro, do Tribunal de Comarca, do orçamento do Ministério da Justiça. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Outubro de 2007).

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 12 de Outubro de 2007. – O Director-Geral, *Horácio Semedo*.

20A855A9-8824-4963-A562-08E510FBC2F0

**MINISTERIO
DO AMBIENTE E AGRICULTURA**

**Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Despacho de S. Ex^a a Secretária de Estado da Agricultura:

De 3 de Outubro de 2007:

Daniel dos Anjos Xavier da Luz, técnico, referência 11, escalão A, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério da Ambiente e Agricultura, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de assessor da Secretária de Estado da Agricultura, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2007.

Despacho do Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

De 27 de Setembro de 2007:

Maria João Pina Cardoso do Rosário, técnica superior de referência 13, escalão A, quadro definitivo do Ministério do Ambiente e Agricultura, em efectividade de serviço na Delegação do Fogo, concedida, nos termos do artigo 45.º do Decreto-Legislativo 3/93, de 5 de Abril, licença sem vencimento por 30 (trinta) dias, com efeitos a partir de 08 de Novembro 2007.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 38, II Série, de 26 de Setembro de 2007, o despacho do Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Agricultura e Ambiente, de 11 de Setembro de 2007 referente a licença sem vencimento por 90 (noventa) dias de Martiniano David Galvão, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Martinho David Galvão...

Deve ler-se:

Martiniano David Galvão...

Direcção da Administração da Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 3 de Outubro de 2007. – Pela Direcção da administração, *Vladimiro Martins*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR**

Direcção de Recursos Humanos

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 18, II Série, de 9 de Maio de 2007, o despacho referente a redução da componente lectiva sobre a carga horária semanal da professora de ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Domingas Rita Correia Silva Fernandes, pelo que, de novo, se publica a parte que interessa.

Onde se lê:

Domingas Rita Silva Fernandes, professora de ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em serviço na Escola Secundária do Maio, concedida ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08...

Deve ler-se:

Domingas Rita Silva Fernandes, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na escola secundária do Maio, concedida a redução de 06 horas sobre carga horária semanal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2007/08.

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 4 de Outubro de 2007. – O Director, *Belmiro Furtado*.

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 7 de Agosto de 2007:

Lucy Fernandes Oliveira Morais, oficial principal, referência 9, escalão E, do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo - desligada do serviço para feito de aposentação, nos termos do artigo 5.º n.º 1 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com a alínea d), n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, com direito a pensão provisória anual de 517.512\$00 (quinhentos e dezassete mil, quinhentos e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 40 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo aos aumentos legais.

As despesas têm cabimentação na dotação inscrita no capítulo 03.62.03.04. do Orçamento Municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal da Contas em 31 de Agosto de 2007).

Câmara Municipal do Porto Novo aos 8 de Outubro de 2007. – O Presidente, *Amadeu João da Cruz*.

**MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE
DE SANTIAGO**

Comissão Instaladora

DELIBERAÇÃO

De 11 de Julho de 2007

Paula Cristina dos Santos da Veiga, licenciada em Ciências Biológicas, contratada, para, em regime de contrato de trabalho a termo, exercer as funções de Técnica Superior, Referência 13, Escalão A, na Equipa Técnica Municipal para o Ambiente (ETMA), no âmbito da implementação do Plano Ambiental Municipal (PAM), com efeito a partir de 2 de Julho de 2007.

João Gilberto Pereira Varela Vieira, habilitado com o curso superior de Tecnologia em Meio Ambiente, contratado, para, em regime de contrato de trabalho a termo, exercer o cargo de Coordenador da Equipa Técnica Municipal para o Ambiente (ETMA), responsável pela implementação do PAM, sendo equiparado, para todos os efeitos legais, a Director Geral do quadro comum da Função Pública, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2007.

A despesa tem o cabimento nas verbas extra - Municipais, transferidas do PANA II (Plano de Acção Nacional para o Ambiente), para, a C.I. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Outubro de 2007).

Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago, aos 5 de Outubro de 2007. – O Secretário Municipal, *Emílio Freire de Oliveira Alves*.

MUNICÍPIO
DE SANTA CATARINA DO FOGO

Despacho de S. Ex.^a o Presidente da Comissão Instaladora:

De 30 de Agosto de 2007:

Comissão Instaladora

Despacho do Presidente da Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo:

De 30 de Setembro de 2007:

Nelson Teixeira Andrade, fiscal, referência 5, escalão A, contratado em regime de contrato de trabalho a termo, na Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo, rescindido o referido contrato a seu pedido, com efeitos a partir de 30 de Setembro de 2007.

Catarina Fernandes Nunes, assistente administrativo, referência 6, escalão A, contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo, na Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo, rescindido o referido contrato com efeitos a partir de 8 de Setembro de 2007.

Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo, aos 30 de Setembro de 2007. – O Secretário Municipal, *Luís Silva Barros Alves*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO
DOS ÓRGÃOS

Comissão Instaladora

Despacho do Presidente da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos:

De 28 de Maio de 2007:

Ao abrigo do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, é contratado, em regime de trabalho a termo, José Maria Leal Baessa, para exercer as funções de condutor-auto, referência 4, escalão A, do quadro do pessoal da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 5 de Setembro de 2007).

Ao abrigo do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, é contratado, em regime de trabalho a termo, Fernando Jorge Sá Nogueira Borges, para exercer as funções de condutor-auto, referência 4, escalão A, do quadro do pessoal da Comissão instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 12 de Setembro de 2007).

As despesas resultantes deste acto têm cobertura orçamental na rubrica: 3.01.01.03 – Remunerações Certas e Permanentes - Pessoal Contratado, do Orçamento do Município para o ano 2007.

Hércules António Almeida Gomes, funcionário do quadro do pessoal da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Chefe de Secção da Juventude da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, ao abrigo da conjugação dos artigos 92.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, 12 alínea b) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro e os artigos 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos resultantes deste acto serão suportados pelo orçamento do Município de São Lourenço dos Órgãos referente ao ano económico de 2007 - Cod. 3.01.01.02 - Pessoal do Quadro. – (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 4 alínea b) da Lei n.º 46/59, de 26 de Junho).

Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos, aos 25 de Setembro de 2007. – O secretário Municipal, *Domingos Ramos Cardoso*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

—oço—

Câmara Municipal

COMUNICAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 24.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea d) do n.º 11 do Regime Jurídico Geral das Relações de Trabalho, alterado pela Lei n.º 101/IV/93, de 31 de Dezembro é contratado, Hilário Gomes do Rosário, para exercer as funções de nadador salvador, em regime de contrato de trabalho a termo certo, por um período de seis meses, com efeitos a partir do dia 28 de Junho 2007.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.03 do orçamento Municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas a 10 de Agosto de 2007).

Vladimir Lenine Rocha Piedade e José Herculano Soares, fiscais, referência 5, escalão A, da Câmara Municipal de São Vicente, em regime de contrato de trabalho a termo, desde 3 de Janeiro de 2005, contratados ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 10.º, n.º 2 da Lei n.º 53/VI/2005, de 3 de Janeiro, para exercerem o mesmo cargo, por um período de 1 (um) ano, com início a partir de 9 de Julho de 2007, nos termos do disposto na alínea b), n.º1 do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 46/89, de 29 de Junho, nova redacção dada pela Lei n.º 77/III/90 de 29 Junho.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.02 do orçamento Municipal Vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas a 17 de Agosto de 2007).

Câmara Municipal de São Vicente, aos 17 de Setembro de 2007. – O Secretário Municipal, *Avenino Pedro Chantre Lopes da Silva*.

24 DE AGOSTO DE 1842 - 24 DE AGOSTO DE 2007

INCV 165 ANOS

AO SERVIÇO DE CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



*Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: incv@gov1.gov.cv
Site: www.incv.gov.cv*

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	<i>Ano</i>	<i>Semestre</i>	<i>Ano</i>	<i>Semestre</i>
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00	II Série.....	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTES NÚMERO — 90\$00